

Fiscalização atual: UR-3.
Sustentação oral proferida em sessão de 07-06-22.
EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO. FUNDAÇÃO MUNICIPAL TÍPICA. REGULARIDADE. DETERMINAÇÃO. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. EMPREGADO EM COMISSÃO. PAGAMENTO DE MUITA SOBRE FGTS E AVISO PRÉVIO. PRECEDENTES SEM RESSALVAS A RESPEITO. CONDENAÇÃO EM EXERCÍCIO SUBSEQUENTE. MESMOS GESTORES E MOTIVOS. EXCEPCIONALIDADE. RECURSO PROVISÓRIO. CONDENAÇÃO CANCELADA.

Vistos, relatados e discutidos os autos.
ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 12 de julho de 2022, pelo voto da Conselheira Substituta Sílvia Monteiro, Relatora, dos Conselheiros Antônio Roque Citadini, Presidente em exercício, e Edgard Camargo Rodrigues, preliminarmente, conhecer do Recurso Ordinário, em quanto ao mérito, dar-lhe provimento, especificamente para afastar a condenação dos recorrentes ao ressarcimento ao erário das quantias estabelecidas na 1. sentença recorrida.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas, Dra. Éldia Graziane Pinto.
Publique-se.

São Paulo, 22 de julho de 2022.
SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
PRESIDENTE
SILVIA MONTEIRO
RELATORA
A C Ó R D A O
TC-010951.989-21-9
Conveniente: Prefeitura Municipal de Pirassununga.
Conveniência: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pirassununga.

Objeto: Prestação dos serviços para garantir o acesso à saúde e proteção do indivíduo, por meio da assistência de urgência e emergência, de forma integrada, através do Pronto Socorro, PAM e SAMU, no âmbito do SUS – Sistema Único de Saúde em Pirassununga.

Responsáveis pelo(s) Instrumento(s): Milton Dimas Tadeu Urban (Prefeito), Alvaro Luiz dos Santos (Secretário Municipal) e Edinaldo Barbosa Lima (Provedor da Santa Casa).
Em Julgamento: Convênio de 28-01-21. Valor – R\$56.554.999,14.

Advogados: Mauro Zamaro (OAB/SP nº 421.466), Marcelo Palaveri (OAB/SP nº 114.164), Flávia Maria Palaveri (OAB/SP nº 137.889), Murilo César Pavezzi (OAB/SP nº 453.008) e outros.

Fiscalização atual: UR-10.
EMENTA: REPASSES AO TERCEIRO SETOR. CONVÊNIO. SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA. PLANO DE TRABALHO COM METAS GÊNICAS. FALHA DE PLANEJAMENTO. AUSÊNCIA DE PROVA DE ECONOMICIDADE. IMPACTO SOBRE A ESTIMATIVA DE DESEMBOLSOS MENSIAIS. IRREGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.
ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 19 de julho de 2022, pelo voto da Conselheira Substituta Sílvia Monteiro, Relatora, dos Conselheiros Antônio Roque Citadini, Presidente em exercício, e Edgard Camargo Rodrigues, antes o exposto no voto da Relatora, inserido aos autos, julgar irregular o Convênio, bem como ilegais os atos ordenadores das despesas decorrentes, com determinação para as providências previstas no artigo 2º, incisos IV e XXVII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, devendo a Administração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dar ciência a este Tribunal das medidas adotadas.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Rafael Antônio Baldo.

Publique-se.
São Paulo, 28 de julho de 2022.
SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
PRESIDENTE
SILVIA MONTEIRO
RELATORA

PARECERES

PARECERES DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

PAR E C E R
TC-003036.989-20-0
Prefeitura Municipal: Terra Roxa.
Exercício: 2020.
Prefeito: Marcelino Abbes Filho.
Advogado: Roberto Thompson Vaz Guimarães (OAB/SP nº 145.747).
EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. DESPESAS DE ENFRENTAMENTO DA COVID-19 EM ORDEM. DISPOSIÇÕES DE ÚLTIMO ATO DE MANDATO OBSERVADAS. CUMPRIMENTO DE ÍNDICES E PARÂMETROS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO. RESULTADO FINANCIÁRIO NEGATIVO ACIMA DO PATAMAR DE TOLERÂNCIA. ILIQUIDEZ. SUPERAÇÃO DO LIMITE DE GASTOS DE PESSOAL RELEVADO. SUSPENSO O PRAZO DE RECONDUÇÃO. INSUFICIENTES DEPÓSITOS DE PRECATÓRIOS E ENCARGOS SOCIAIS. ADVERTÊNCIAS. PARER PRÉVIO DESFAVORÁVEL.

APLICAÇÃO NO ENSINO 27,95%
DESPESAS COM FUNDEB 100,00%
MAGISTÉRIO – FUNDEB 95,74%
DESPESAS COM PESSOAL 60,18%
Relevado por suspensão do prazo de recondução
APLICAÇÃO NA SAÚDE 29,03%
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO 3,86%

A Egrégia Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão realizada em 12 de julho de 2022, pelo voto dos Conselheiros Edgard Camargo Rodrigues, Relator, e Antônio Roque Citadini, Presidente em exercício, e da Conselheira Substituta Sílvia Monteiro, decidu, nos termos do artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, c/c o artigo 56, inciso II, do Regimento Interno, emitir parecer prévio desfavorável à aprovação das contas do Senhor MARCELO ABDES FILHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA no exercício de 2020, com advertências.

Registrou, ainda, prejudicado o pedido de novo prazo para oferta de esclarecimentos após pronunciamento dos órgãos desta Corte de Contas, posto que ao responsável foram regularmente oportunizados o contraditório e a ampla defesa, como se extrai dos eventos 65, 74 e 92 dos autos eletrônicos.

Determinou, por fim, a expedição de ofícios: I) ao Comando do Corpo de Bombeiros, em razão da falta de competente Ato de Vitória do Corpo de Bombeiros em instalações municipais, notadamente dedicados aos atendimentos de Saúde e Educação (C-2, D-2) e II) ao Ministério Público Estadual, para conhecimento da decisão.

O processo eletrônico ficará disponível aos interessados para vista, independentemente de requerimento, mediante cadastro no sistema.

Publique-se.
Sala das Sessões, 12 de julho de 2022.
Antônio Roque Citadini – Presidente em exercício
Edgard Camargo Rodrigues – Relator

PARECERES DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

PAR E C E R
TC-003165.989-20-3
Prefeitura Municipal: Salto Grande.
Exercício: 2020.
Prefeito: João Carlos Ribeiro.
Advogados: Eliezer Pereira Martins (OAB/SP nº 168.735), Alexandre Massarana da Costa (OAB/SP nº 271.883) e Renata Enjioy Caria (OAB/SP nº 374.228).
Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Fiscalizada por: UR-4.
Fiscalização atual: UR-4.

CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS MAIS RELEVANTES. OBSERVÂNCIA. FALHAS CONSTATADAS. SEM FORÇA PARA COMPROMETER A MATÉRIA. PARER FAVORÁVEL.

ITENS - RESULTADOS
Ensino - 31,80%
FUNDEB - 100%
Magistério - 79,45%
Pessoal 47,64%
Saúde 29,48%
Execução Orçamentária Superávit de 6,16% – R\$ 2.272.632,82
Resultado Financeiro Superávit de R\$ 425.662,49
Precatórios Regular
Encargos Sociais Regular
Transferências ao Legislativo Regular
Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 24 de maio de 2022, pelo voto do Substituto do Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, Relator, e dos Conselheiros Robson Marinho, Presidente em exercício e Cristiana de Castro Moraes, na conformidade das correspondentes notas taxativas, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Determina, outrossim, o encaminhamento de ofício ao Comando do Corpo de Bombeiros, tendo em vista a falta de AVCB em prédios públicos municipais.

Presente na sessão a Procuradora do Ministério Público de Contas Éldia Graziane Pinto.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
São Paulo, 8 de agosto de 2022.
RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE E REDATOR
PAR E C E R E S
TC-002858.989-20-5
Prefeitura Municipal: Itobi.
Exercício: 2020.

Prefeito: Antonio Elias Filho.
Advogado: Hugo Andrade Cossi (OAB/SP nº 110.521).
Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.
Fiscalizada por: UR-19.

Fiscalização atual: UR-19.
CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS MAIS RELEVANTES. OBSERVÂNCIA. FALHAS RELEVADAS. PARER FAVORÁVEL, COM RESSALVAS.

ITENS - RESULTADOS
Ensino 30,13%
FUNDEB 100%
Magistério 83,78%
Pessoal 51,57%
Saúde 27,21%

Transferências ao Legislativo Regular
Execução Orçamentária Superávit 2,83% – R\$ 1.659.011,29
Resultado Financeiro Superávit – R\$ 3.985.048,86
Remuneração dos Agentes Políticos Regular
Precatórios Regular
Encargos Sociais Regular
Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de junho de 2022, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Robson Marinho e Cristiana de Castro Moraes, na conformidade das correspondentes notas taxativas, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente na sessão a Procuradora do Ministério Público de Contas Renata Constante Cestari.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
São Paulo, 4 de julho de 2022.
RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE E RELATOR
TC-003083.989-20-2
Prefeitura Municipal: Cachoeira Paulista.
Exercício: 2020.
Prefeito: Edson Mendes Mota.

Advogados: Marco Aurélio Siqueira da Rocha (OAB/SP nº 239.455) e Luciana Carvalho de Castro (OAB/SP nº 288.804).
Procurador de Contas: Renata Constante Cestari.

Fiscalizada por: UR-14.

Fiscalização atual: UR-14.
CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. DÉFICITS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. FALTA DE APLICAÇÃO PARA AS DESPESAS DE CURTO PRAZO. RECOLHIMENTO PARCIAL DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RELATIVAS AO INSS, FGTS E PASEP. INSUFICIÊNCIA DOS PAGAMENTOS DE DÉBITOS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS DE BAIXA MONTA. SEQUESTRO DE VALORES. PARER DESFAVORÁVEL E MUITA.

ITENS - RESULTADOS
Ensino 32,37%
FUNDEB 99,13% aplicou a parcela diferida no prazo Magistério 95,80%
Pessoal 55,46% reconduziu no 1º quadr. seguinte
Saúde 27,39%

Transferências ao Legislativo Regular
Execução Orçamentária Déficit 11,53% – R\$ 10.520.410,39
Resultado Financeiro Déficit – R\$ 11.125.714,41
Remuneração dos Agentes Políticos Regular
Precatórios Irregular
Encargos Sociais Irregular
Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de junho de 2022, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Robson Marinho e Cristiana de Castro Moraes, na conformidade das correspondentes notas taxativas, emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Recomende-se à Prefeitura Municipal para que: regularize todas as falhas relativas ao Sistema de Controle Interno e observe às disposições constitucionais contidas nos arts. 31 e 74 da CF; corrija os descasos apontados no Setor de Planejamento; adote medidas eficazes para melhorar os Índices de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M: envide esforços para obtenção do equilíbrio fiscal e saneamento das dívidas, evitando resultados negativos; estabeleça limite para a abertura de créditos suplementares em linha com os índices inflacionários, conforme o disposto no Comunicado SDG nº 29/10; acompanhe a execução orçamentária, evitando a ocorrência de déficit e reduzindo os níveis de endividamento; envide esforços para

obter liquidez para quitação das dívidas de curto prazo; regularize todas as divergências relativas aos precatórios judiciais e quite todo montante devido tempestivamente; não deixe de efetuar os recolhimentos das contribuições previdenciárias relativas ao INSS, FGTS e PASEP; promova a quitação dos encargos sociais tempestivamente; estabeleça exigência de escolaridade em nível superior para todos os ocupantes de cargos em comissão; aprimore o controle dos veículos da frota municipal, disponibilizando todas informações necessárias para verificação da sua finalidade pública; diminua os gastos com combustíveis; evite o pagamento de horas extras de forma habitual e em valores excessivos; cumpra o piso salarial nacional mínimo do Magistério Público da Educação Básica, Pré-Escola, Anos Iniciais e Finais; regularize as atribuições dos cargos em comissão de Coordenador da Equipe Técnica Pedagógica e de Coordenador de Creches Municipais, nos termos do inciso V, do art. 37 da CF; dê atendimento às normas de transparência vigentes; alimente o Sistema Audeps com dados fidedignos; e dê atendimento às recomendações desta E. Corte.

Presente na sessão a Procuradora do Ministério Público de Contas Renata Constante Cestari.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

São Paulo, 4 de julho de 2022.
RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE E RELATOR
TC-003352.989-20-6
Prefeitura Municipal: Mauá.
Exercício: 2020.

Prefeito: Átila César Monteiro Jacomussi.
Advogados: Norberto Fontaneli Prestes de Abreu e Silva (OAB/SP nº 172.253), Gregório Battazza Lanza (OAB/SP nº 182.332), Izabelle Paes Omena de Oliveira Lima (OAB/SP nº 196.272), Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes (OAB/SP nº 242.953), Yuri Marcel Soares Oota (OAB/SP nº 305.226), Rafael César dos Santos (OAB/SP nº 342.475) e outros.

Procurador de Contas: Rafael Antonio Baldo.
Fiscalizada por: GDF-4.

Fiscalização atual: GDF-6.
CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. DÉFICIT FINANCEIRO. FALTA DE RECURSOS PARA PAGAMENTO DAS DÍVIDAS DE CURTO PRAZO. DÍVIDA DE LONGO PRAZO NÃO INSCRITA E NÃO CONTABILIZADA COM ATUARQUIA MUNICIPAL – SAMA. INCONSTATIBILIDADE. CONTAS: INSUFICIÊNCIA DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS. REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA PAGOS IMPRTEMPESATIVAMENTE. PARER DESFAVORÁVEL.

ITENS - RESULTADOS
Ensino 25,71%
FUNDEB 100%
Magistério 72,64%
Pessoal 47,68%
Saúde 27,89%

Transferências ao Legislativo Regular
Execução Orçamentária Superávit 2,83% – R\$ 31.176.394,22
Resultado Financeiro Déficit – R\$ 15.869.764,83
Remuneração dos Agentes Políticos Relevado
Precatórios Irregular
Encargos Sociais Regular
Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de junho de 2022, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Robson Marinho e Cristiana de Castro Moraes, na conformidade das correspondentes notas taxativas, emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Recomende-se à Prefeitura Municipal para que: dê efetividade ao Sistema de Controle Interno e observe às disposições constitucionais contidas nos artigos 31 e 74; aperfeiçoe os relatórios produzidos pelo Setor de Controle Interno, nos termos dos Comunicados SDG nº 32/12 e nº 35/15; adote medidas eficazes para melhorar os Índices de Eficiência da Gestão Municipal, considerando, para tanto, os questionários setoriais, as metas previstas no Plano Nacional da Educação e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU; estabeleça limite para a abertura de créditos suplementares em linha com os índices inflacionários, conforme o disposto no Comunicado SDG nº 29/10; acompanhe a execução orçamentária, evitando a ocorrência de déficit e reduzindo os níveis de endividamento; envide esforços para obtenção de liquidez para saldar as obrigações de curto prazo; escreture corretamente os fatos contábeis e as dívidas no Balanço Patrimonial; abstenha-se de cancelar restos a pagar processados; corrija a divergência de valores entre o contabilizado pela Prefeitura e o informado pela Secretaria Estadual da Fazenda referente ao IPVA; promova a correta aplicação dos recursos advindos das multas de Trânsito; contabilize corretamente os códigos de aplicação dos recursos recebidos, especialmente os que não eram destinados às ações para o enfrentamento do coronavírus; proceda à quitação dos precatórios judiciais no prazo estabelecido e os contabilize corretamente; atenda ao piso dos depósitos relativos aos débitos judiciais no exercício; regularize as falhas apontadas nas contratações de pessoal por prazo determinado; cumpra com rigor a Lei de Licitações; reveja os prazos de seus procedimentos licitatórios, evitando contratações emergenciais desnecessárias; corrija as falhas nas aquisições de produtos e serviços conforme apontamentos relatados nos processos específicos que trataram das contratações; abstenha-se da inclusão de despesas não elegíveis nos índices de aplicação da Educação; implemente os Serviços de Psicologia Educacional e Serviços Sociais; reveja a frota de viaturas disponibilizadas para a equipe de licenciamento ambiental; cesse imediatamente o pagamento de honorários advocatícios acima do teto constitucional e os adicionais pagos aos Secretários Municipais; abstenha-se da realização e pagamento de horas extras excessivas e acima do limite legal diário; cumpra com rigor a Lei Complementar nº 173, de 27/05/2002; corrija as falhas apontadas nos setores da Tesouraria e Bens Patrimoniais; não realize despesas com publicidade e propaganda em período eleitoral; promova ações de melhorias nos registros, controle e cobrança da dívida ativa; cumpra a ordem cronológica de pagamentos; informe com fidedignidade e tempestividade os dados encaminhados ao Sistema Audeps; e, por fim, atenda às Instruções e às recomendações deste E. Tribunal.

Diante da falta de Ato de Vitória do Corpo de Bombeiros – AVCB em próprios municipais, determine-se o envio de Ofício ao Comando do Corpo de Bombeiros para que providencie a devida fiscalização dos próprios municipais.

Presente na sessão a Procuradora do Ministério Público de Contas Renata Constante Cestari.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
São Paulo, 4 de julho de 2022.

RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE E RELATOR

PARECERES DO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

PAR E C E R
TC-002920.989-20-9
Prefeitura Municipal: Monte Mox.
Exercício: 2020.
Prefeito: Thiago Giatti Assis.
Advogados: José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Roseley de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Evandra Zimmer

Lopes (OAB/SP nº 131.930), Ana Claudia Falopa Guarizo (OAB/SP nº 268.858), Victor Franchi (OAB/SP nº 297.534), Aline Grazielle Fielles Cano (OAB/SP nº 351.475), Ana Clara Camargo (OAB/SP nº 452.573) e outros.

Procuradora de Contas: Éldia Graziane Pinto.

Fiscalização atual: UR-3.
EMENTA:CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. DÉFICIT FINANCEIRO. PATAMAR DEVIDAVEL. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DOS ENCARGOS TÓRREOS AO RPPS – PARTE PATRONAL. REIN- CENDÊNCIA. BAIXA EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL. IEGM GERAL “C”. PARER PRÉVIO DESFAVORÁVEL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 26 de julho de 2022, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, Antônio Roque Citadini e Edgard Camargo Rodrigues, diante do exposto no voto do Relator, inserido aos autos, emitir **parecer prévio desfavorável** à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Monte Mox, relativas ao exercício de 2020.

Determina, outrossim, à margem do parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo, com as recomendações constantes do referido voto, devendo a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras notificadas.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Rafael Antônio Baldo.

Publique-se.
São Paulo, 8 de agosto de 2022.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
PRESIDENTE E RELATOR
PAR E C E R
TC-003153.989-20-7
Prefeitura Municipal: Queiroz.

Exercício: 2020.
Prefeita: Ana Vitulines Miron Soley.
Advogados: Ronan Figueira Daun (OAB/SP nº 150.425), Diego Rafael Esteves Vasconcellos (OAB/SP nº 290.219) e José Antonio Callejon Casari (OAB/SP nº 62.962).

Procuradora de Contas: Renata Constante Cestari.

Fiscalização atual: UR-18.

Sustentação oral proferida em sessão de 05-07-22.
EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. IRREGULARIDADES NA GESTÃO DE PESSOAL (CARGOS COMMISSIONADOS SEM ATRIBUIÇÕES DE OFÍCIO, CHEFE E ACESSORAMENTO), SERVIDORES EM DESVIO DE FUNÇÃO; PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS HABITUAIS; DISCREPÂNCIAS NOS PAGAMENTOS DE ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERMANÊNCIA DE SERVIDORES ESTATUTÁRIOS E CELETISTAS APOSENTADOS NO QUADRO DE PESSOAL; BAIXA EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL. IEGM GERAL: “C”. FALHAS REINCIDENTES. PARER PRÉVIO DESFAVORÁVEL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 26 de julho de 2022, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, Antônio Roque Citadini e Edgard Camargo Rodrigues, diante do exposto no voto do Relator, inserido aos autos, emitir **parecer prévio desfavorável à aprovação** das contas da Prefeitura Municipal de Queiroz, relativas ao exercício de 2020.

Determina, outrossim, à margem do parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo, com as recomendações constantes do referido voto, devendo a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras anunciadas e recomendadas.

Determina, por fim, a expedição de ofício ao Ministério Público do Estado, com cópia digitalizada do relatório da fiscalização, do r. voto expedido e das correspondentes notas taxativas para ciência e providências que considerar cabíveis.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Rafael Antônio Baldo.

Publique-se.
São Paulo, 8 de agosto de 2022.
SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
PRESIDENTE E RELATOR

PARECERES DE SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO

PARER PROFERIDO PELA CONSELHEIRA SUBSTITUTA

SILVIA MONTEIRO
PAR E C E R
TC-002920.989-20-9
Prefeitura Municipal: Ouro Verde.
Exercício: 2020.
Prefeito: Nilson da Silva.
Procurador de Contas: Rafael Neubem Demarchi Costa.
Fiscalização atual: UR-18.
EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO AMPARADO POR SUPERÁVIT FINANCEIRO ADVINDO DE EXERCÍCIO ANTERIOR. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS OBSERVADOS. PARER PRÉVIO FAVORÁVEL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 5 de julho de 2022, pelo voto da Conselheira Substituta Sílvia Monteiro, Relatora, e dos Conselheiros Antônio Roque Citadini, Presidente em exercício, e Edgard Camargo Rodrigues, emitir **parecer prévio favorável à aprovação** das contas da Prefeitura Municipal de Ouro Verde, relativas ao exercício de 2020.

Determina, outrossim, à margem do parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo, com as recomendações constantes do voto da Relatora, inserido aos autos, devendo a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras notificadas.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. João Paulo Giordano Fontes.

Publique-se.
São Paulo, 21 de julho de 2022.
SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
PRESIDENTE
SILVIA MONTEIRO
RELATORA

PARECERES PROFERIDOS PELA CONSELHEIRA SUBSTITUTA

SILVIA MONTEIRO

PAR E C E R
TC-002968.989-20-2
Prefeitura Municipal: Regipolópolis.
Exercício: 2020.
Prefeito: Carolina Araújo de Souza Veríssimo e João Paulo Araújo de Souza Veríssimo.

Períodos: (01-01-20 a 06-10-20) e (07-10-20 a 31-12-20).
Advogados: Ronan Figueira Daun (OAB/SP nº 150.425), Walter Luiz de Oliveira (OAB/SP nº 224.625), Elaine Cristina de Oliveira (OAB/SP nº 262.625), Diego Rafael Esteves Vasconcellos (OAB/SP nº 290.219), Laís Maria Rosolen e Silva (OAB/SP nº 426.251) e outros.

Procurador de Contas: Rafael Antonio Baldo.
Fiscalização atual: UR-2.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. SUPERÁVITS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. IEG-M. CONCEITO DECRESCENTE. GESTÃO AVALIADA COM BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO. PARER PRÉVIO DESFAVORÁVEL.
Vistos, relatados e discutidos os autos.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: MARCELO FIGUEIREDO LEMOS. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 4-20SP-3693-TTP-BQ06

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 19 de julho de 2022, pelo voto da Conselheira Substituta Sílvia Monteiro, Relatora, dos Conselheiros Antônio Roque Citadini, Presidente em exercício, e Edgard Camargo Rodrigues, em direito do exposito no voto da Relatora, inserido aos autos, emitir parecer **prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Regiópolis**, referentes ao exercício de 2020.

Determina, outrossim, à margem do parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo, com as recomendações constantes do referido voto, devendo a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras noticiadas.

Determina, por fim, o envio de cópias do parecer, das notas taxativas e do relatório da Fiscalização ao Ministério Público do Estado, para conhecimento e providências de sua alçada a respeito do Programa de Auxílio ao Desemprego, Instituto por meio da Lei Municipal nº 2.547/19 e disciplinado pelo Decreto Municipal nº 003/20.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Rafael Antonio Baldó.

Publique-se.

São Paulo, 28 de julho de 2022.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

PRESIDENTE

SÍLVIA MONTEIRO

RELATORA

PARECER

TC-003045.989.20-9

Prefeitura Municipal: Ubajara.

Exercício: 2020.

Prefeito: João Costa Mendonça.

Advogado: Marcelo Mansano (OAB/SP nº 128.979).

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Junior.

Fiscalização atual: UR-8.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. SUPERÁVITS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS OBSERVADOS. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 12 de julho de 2022, pelo voto da Conselheira Substituta Sílvia Monteiro, Relatora, dos Conselheiros Antônio Roque Citadini, Presidente em exercício, e Edgard Camargo Rodrigues, emitir parecer **prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Ubajara**, relativas ao exercício de 2020.

Determina, outrossim, à margem do parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo, com as recomendações constantes do voto da Relatora, inserido aos autos, devendo a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras noticiadas.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas, Dra. Élia Graziane Pinto.

Publique-se.

São Paulo, 21 de julho de 2022.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

PRESIDENTE

SÍLVIA MONTEIRO

RELATORA

PARECER PROFERIDO PELA CONSELHEIRA SÍLVIA MONTEIRO

PARECER

TC-002782.989.20-6

Prefeitura Municipal: Cordeirópolis.

Exercício: 2020.

Prefeito: José Adinan Ortolan.

Advogados: Marcelo Palaveri (OAB/SP nº 114.164), Flávia Maria Palaveri (OAB/SP nº 137.889), Ruth dos Reis Costa (OAB/SP nº 188.312), Renata Maria Palaveri Zamaro (OAB/SP nº 376.248), Olga Amélia Gonzaga Vieira (OAB/SP nº 402.771), Tiago Alberto Freitas Varis (OAB/SP nº 422.843), Bárbara Sanchez Esteves (OAB/SP nº 444.821) e outros.

Procuradora de Contas: Letícia Formoso Delmatt Matuck Feres.

Fiscalização atual: UR-10.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA MUNICIPAL. SUPERÁVITS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS OBSERVADOS. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 5 de julho de 2022, pelo voto da Conselheira Substituta Sílvia Monteiro, Relatora, e dos Conselheiros Antônio Roque Citadini, Presidente em exercício, e Edgard Camargo Rodrigues, emitir parecer **prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis**, relativos ao exercício de 2020.

Determina, outrossim, à margem do parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo, com as recomendações constantes do voto da Relatora, inserido aos autos, devendo a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras noticiadas.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. João Paulo Giordano Fontes.

Publique-se.

São Paulo, 21 de julho de 2022.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

PRESIDENTE

SÍLVIA MONTEIRO

RELATORA

PARECER

TC-002871.989.20-5

Prefeitura Municipal: Glória.

Exercício: 2020.

Prefeito: Ildo de Souza.

Advogados: Fabrício César da Silva Farinaci (OAB/SP nº 360.992) e Celso Ricardo Ramo (OAB/SP nº 317.731).

Procurador de Contas: Rafael Antonio Baldó.

Fiscalização atual: UR-1.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. SUPERÁVITS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS OBSERVADOS. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 17 de maio de 2022, pelo voto da Conselheira Substituta Sílvia Monteiro, Relatora, dos Conselheiros Antônio Roque Citadini, Presidente em exercício, e Edgard Camargo Rodrigues, parecer **prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Glória**, relativas ao exercício de 2020.

Determina, ainda, à margem do parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo, com as recomendações constantes do voto da Relatora, inserido aos autos, devendo a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras noticiadas.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Rafael Neubert Demarchi Costa.

Publique-se.

São Paulo, 21 de julho de 2022.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

PRESIDENTE

SÍLVIA MONTEIRO

RELATORA

SENTENÇAS

SENTENÇA DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

SENTENÇAS PROFERIDAS PELO CONSELHEIRO RELATOR ANTONIO ROQUE CITADINI

Os processos referidos ficarão disponíveis aos interessados para vista e extração de cópias independente de requerimento, em Cartório, nos termos da Resolução nº02/2000.

Proc.: TC-590141/9.

CONVENIENTE: DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE GUARATINGUETÁ. CONVENIADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHA. MATÉRIA: PRESTAÇÃO DE CONTAS – CONVENIO.

Exercício: 2016. Valor: R\$ 2.635.523,96.

Extrato de Sentença: Pelos fundamentos expostos na sentença aprovo as prestações de contas em exame, nos termos do artigo 33, I da Lei Complementar Estadual 709/93, dando quitação aos Responsáveis.

Publique-se.

Proc.: TC-022567/026/11

Órgão: Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo – Diretoria de Pessoal. Responsável: Monica Puliti Dias Ferreira (Diretor). Interessados: Jefferson Sousa Medeiros e Alex Alves Pereira, relacionados às fls. 345 dos autos. Assunto: Admissão de Pessoal (Subsequentes). Exercício: 2021. Instrução por: 5ª Diretoria de Fiscalização/DFDSF-II. Sentença Fls. 364/365.

Extrato de Sentença: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO REGULARES os Atos de Admissão de Pessoal dos servidores: Jefferson Sousa Medeiros e Alex Alves Pereira, relacionados às fls. 345 dos autos, exercício de 2021, e determino, em consequência, os respectivos registros, nos termos e para os fins do disposto no inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93.

Publique-se.

Proc.: TC-239026/16.

Órgão: Prefeitura Municipal de Itariri. Responsável: Rejane Maria Silva Coslovich – Prefeita à época. Entidade Beneficiária: Instituto Americano de Pesquisa, Medicina e Saúde Pública. Responsáveis: Maria Alzene Nogueira de Almeida Rosa – Presidente 01/01/2014 a 02/02/2014; e Sávio Lachis Campos Establi – Presidente 03/08/2014 a 31/12/2014. Assunto: Repasse ao Terceiro Setor. Valor: R\$ 2.637.419,50. Advogados: Dr. Luiz Antonio de Almeida Alvarenga – OAB/SP 146.770; e Dra. Patrícia Rosa de Oliveira – OAB/SP 226.784.

Vistos.

Tratando-se de processo autuado em 26/08/2016, e não havendo recurso em tramitação, nem expediente pendente de junta, determino o arquivamento, nos termos do art. 1º da Resolução nº03/2020.

Publique-se.

SENTENÇA DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

PROCESSO: TC-016301.989.22-4 REPRESENTANTE: DIEGO GREGÓRIO BATISTA ADVOGADO: DIEGO GREGÓRIO BATISTA (OAB/SP 360.946) REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIEIRAS ADVOGADO: DENISE FREITAS (OAB/SP 117.613) LUC GREGÓRIO GARCIA DA SILVA (OAB/SP 332.249) EDGAR HUALKER DA SILVA DAVIS (OAB/SP 384.389) ASSUNTO: Representação formulada em face do Edital do Pregão Presencial nº 059/2022, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de Caietés objetivando a contratação de empresa especializada para execução de serviços de conservação e limpeza de unidades de saúde daquele município, conforme Termo de Referência. Diego Gregório Batista formulou petição com o propósito de impugnar o Edital do Pregão Presencial nº 059/2022, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de Caietés objetivando a contratação de empresa especializada para execução de serviços de conservação e limpeza de unidades de saúde daquele município, conforme Termo de Referência. Em Sessão Plenária de 27/7/22 foi concedida liminar suspendendo o andamento do processo licitatório, bem como requisitando-se da Prefeitura informações sobre o teor das reclamações, para análise sob o rito do sumário (ev. 17). Posteriormente, a Prefeitura comunicou aos autos informando que o certame foi revogado (ev. 23). E o relatório. DECISÃO A desconstituição do procedimento licitatório, ultimada com a divulgação do ato de revogação na Imprensa Oficial (DOE de 2/8/22 – Poder Executivo – Seção I – p. 186), suprimiu o interesse processual concretamente envolvido, acarretando a perda do objeto. Por esse razão e com fundamento no inciso V, do artigo 23 do Regimento Interno deste Tribunal, revogo a liminar concedida e DECLARO extinta a Representação, sem resolução do mérito, determinando o arquivamento do processo. A matéria será levada a conhecimento do E. Tribunal Pleno, nos termos regimentais. Intimem-se os interessados. Ao Cartório.

Publique-se.

SENTENÇA DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

SENTENÇAS PROFERIDAS PELO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

O processo referido ficará disponível aos interessados para vista e extração de cópias, independentemente de requerimento, no Cartório.

PROCESSO: 00020013.989.20-7. CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA ADVOGADO: LUIZVAL ARTUR MORI (OAB/SP 106.527). CONVENIADA(A): ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL E MATERINIDADE SÃO JOSÉ DE BARRA BONITA (CNPJ 44.745.024/0001-45) ADVOGADO: SÍLVIA FERNANDES POLETO BOLLIA (OAB/SP 131.977). INTERESSADO(A): JOSE LUIS RICCI ANTONIO MORSOLETTO NETO. ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS – CONVENIO Nº 23/2020, de 30/06/2020. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-02. PROCESSO PRINCIPAL: 19617.989.20-7.

Trata-se de prestação de contas de repasse efetuado no exercício de 2020 pela Prefeitura Municipal de Barra Bonita à Associação do Hospital e Maternidade São José de Barra Bonita, no montante de R\$ 1.768.770,72, em razão do Convênio firmado entre as partes para implementação e manutenção da política de atendimento à população no serviço de urgência e emergência.

O relatório de encerramento do exercício elaborado pela fiscalização (ev. 85) destacou as seguintes ocorrências: a) observada média mensal de atendimentos realizados inferior à meta prevista no item 6 do Plano de Trabalho; b) o total de disponibilidades financeiras em 31/12/2020 diverge do saldo de recursos públicos não aplicados no exercício em análise; c) houve despesas impróprias com tarifas bancárias, em contradição às disposições da cláusula nona, letra I, do Termo de Convênio em tela; d) descumprido o artigo 177 das Instruções TCSP nº. 02/2016.

Regularmente notificadas, a Prefeitura e a Santa Casa juntaram esclarecimentos e documentos nos evs. 155 e 158, respectivamente.

Afirmam que a pandemia alterou significativamente o número de atendimentos no hospital conveniado, já que as pessoas deixaram de frequentar os hospitais com medo de contaminação, procurando atendimento apenas em casos muito graves ou de Covid-19, não permitindo o cumprimento da meta estipulada no Plano de Trabalho. Alegam, no entanto, que houve maior dispêndio com o tratamento dos casos cardiorrespiratórios causados pela Covid-19, além dos gastos adicionais para cumprir todo o protocolo de segurança implantado, leitos extras, entre outros.

Resaltam que a entidade não se beneficiou financeiramente da redução imprevista de atendimentos, já que a equipe de funcionários e os equipamentos da entidade foram mantidos à disposição da população.

Esclarecem que a diferença no saldo bancário ao fim do exercício se deu pela contabilização de tarifas bancárias como recurso público não aplicado e informam que a prática fora objeto de apontamento pela Administração e pactuou-se pela devolução do valor das tarifas bancárias mensalmente, o que vem ocorrendo desde então. Destacam, portanto, que não houve despesas impróprias com as tarifas bancárias, pois os valores foram restituídos na conta do convênio.

Por fim, a Secretaria Municipal requer que o envio extemporâneo da prestação de contas seja relevado, comprometendo-se a encaminhar as próximas dentro do prazo legal.

MPC observe vista dos autos (ev. 169).

E o relatório. Decido.

Considero que os esclarecimentos apresentados pelas partes são suficientes para esclarecer os óbices apontados pela fiscalização.

A divergência no valor do saldo bancário, assim como o pagamento de despesas impróprias com tarifas bancárias, foi devidamente esclarecida, já tendo os participantes adotado providências para sanar a questão.

No tocante à execução do objeto abaixo do quantitativo pactuado, reputo aceitáveis as justificativas ofertadas devido ao contexto pandêmico em que o ajuste se insere, não havendo quaisquer indícios de má-fé na aplicação dos recursos.

Por fim, a intempestividade na apresentação da prestação de contas também pode ser excepcionalmente relevada por restringir-se ao aspecto estritamente formal.

Ante o exposto, julgo regular a prestações de contas em análise, nos termos do artigo 33, I, combinado com o artigo 34 da Lei Complementar nº 709/1993, e, por conseguinte, junto os responsáveis.

Recomendo, no entanto, que o órgão público observe e procure dar pleno atendimento às Instruções Consolidadas deste Tribunal de Contas, em especial, aos prazos de remessa de documentos a esta Corte.

Exauridas as providências pertinentes, autorizo, desde já, o arquivamento dos autos.

PROCESSO: 00015722.989.18-3. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPEUNA ADVOGADO: JOSIELE DA SILVA BUENO (OAB/SP 265.857). CONTRATADO(A): R&S CONTROLS – RECURSOS HIDRÓICOS E SANEAMENTO LTDA. (CNPJ 11.971.854/0001-31) ADVOGADO: DENIS ROBERTO RIBEIRO (OAB/SP 335.322) OTAVIO SILVA ARRUDA (OAB/SP 352.284). INTERESSADO(A): JOSE ANTONIO DE CAMPOS. ASSUNTO: Termo Aditivo nº 056/2018, assinado em 18/12/2018. Objeto: Prorrogação de Prazo por mais 06 (seis) meses. EXERCÍCIO: 2018. INSTRUÇÃO POR: UR-10. PROCESSO PRINCIPAL: 1863.989.18-2.

PROCESSO: 00000315.989.19-4. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPEUNA ADVOGADO: JOSIELE DA SILVA BUENO (OAB/SP 265.857). CONTRATADO(A): R&S CONTROLS – RECURSOS HIDRÓICOS E SANEAMENTO LTDA. (CNPJ 11.971.854/0001-31) ADVOGADO: DENIS ROBERTO RIBEIRO (OAB/SP 335.322) OTAVIO SILVA ARRUDA (OAB/SP 352.284). INTERESSADO(A): JOSE ANTONIO DE CAMPOS. ASSUNTO: Termo Aditivo nº 056/2018, assinado em 18/12/2018. Objeto: Prorrogação de Prazo por mais 06 (seis) meses. EXERCÍCIO: 2018. INSTRUÇÃO POR: UR-10. PROCESSO PRINCIPAL: 1863.989.18-2.

PROCESSO: 00016005.989.19-9. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPEUNA ADVOGADO: JOSIELE DA SILVA BUENO (OAB/SP 265.857). CONTRATADO(A): R&S CONTROLS – RECURSOS HIDRÓICOS E SANEAMENTO LTDA. (CNPJ 11.971.854/0001-31) ADVOGADO: DENIS ROBERTO RIBEIRO (OAB/SP 335.322) OTAVIO SILVA ARRUDA (OAB/SP 352.284). INTERESSADO(A): JOSE ANTONIO DE CAMPOS. ASSUNTO: Termo Aditivo 02/2019 de 05/07/2019, que prorroga a vigência do contrato em 6 (seis) meses (de 08/07/2019 até 07/01/2020). EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-10. PROCESSO PRINCIPAL: 1863.989.18-2.

Em exame, três termos aditivos ao contrato celebrado entre a Prefeitura Municipal de Ipeuna e a empresa R&S Controls – Recursos Hidráulicos Saneamento Ltda., para a execução de projeto do sistema de recuperação de reuso de água de lavagem dos filtros e decantadores da ETA e disposição final do lodo no Núcleo Urbano Lagoado Portal dos Nobres.

A licitação e o contrato inicial, de 18/9/2017, com valor de R\$149.932,40, para vigor por seis meses, foram considerados regulares, tendo sido conhecida a execução contratual.

Sobrevieram três termos aditivos, celebrados em 5/7/2018, 18/12/2018 e 5/7/2019, objetivando a prorrogação do prazo contratual por 6 meses cada.

A Fiscalização opinou pela aplicação do princípio da acessoriedade, tendo em vista os apontamentos de falhas realizados na instrução da matéria principal.

Notificadas, a contratante e a contratada apresentaram justificativas.

Foi concedido ao MPC o direito de vista dos autos.

E o relatório.

A matéria comporta juízo de regularidade.

Ainda que a instrução inicial dos autos tenha apontado falhas e que a licitação e o contrato tenham sido, em primeira instância, julgados irregulares por esta Corte, a decisão foi revertida pela E. Primeira Câmara, que considerou a matéria regular.

Dessa forma, não cabe a aplicação, aos termos aditivos, do princípio da acessoriedade, em relação aos quais a fiscalização não realizou quaisquer outros apontamentos de irregularidades.

As prorrogações de prazo efetivadas por meio destes termos contam com suficientes justificativas técnicas, juntadas aos autos (evento 1.3 dos Tcs-15722.989.18-3 e 315.989.19-4 e eventos 1.3 e 1.4 do Tc-16005.989.19-9).

Diante do exposto, meu voto é pela regularidade dos termos aditivos e pela legalidade das correspondentes despesas.

Publique-se e, quando oportuno, arquivar-se.

Ao Cartório, para as providências cabíveis.

SENTENÇA DO AUDITOR ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS

SENTENÇAS DO AUDITOR ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS

PROCESSOS: TC-00021135.989.21-8 (2º termo aditivo) TC-00000501.989.22-2 (3º termo aditivo) TC-00007479.989.22-0 (4º termo aditivo) TC-00012257.989.22-8 (5º termo aditivo) CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES RESPONSÁVEIS: ALEX PERAMO DE ARRUDA – Prefeito MARIA INES ROBERTO – Diretora do Departamento de Educação MARIA MARTA JUSTI – Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio CONTRATAÇÃO: ASSOCIAÇÃO SOLAR LTDA RESPONSÁVEL: NEWTON UMEMO KUEKO – Sócio-diretor EM EXAME: 2º termo aditivo – prorrogação o prazo de execução do contrato de até 28/12/2021; 3º termo aditivo – prorrogação os prazos de vigência e de execução contratual pelo período de 29/12/2021 a 28/02/2022; 4º termo aditivo – prorrogação os prazos de vigência e de execução contratual pelo período de 01/03/2022 a 29/04/2022; 5º termo aditivo – prorrogação o prazo de vigência contratual pelo período de 30/04/2022 a 29/05/2022. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA EM EMEIS, EMEBS E CRECHES DO MUNICÍPIO DE GUARARAPES.

VALOR INICIAL: R\$ 1.485.000,00 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE ARARAATUBA – UR-01

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO REGULARES com recomendações, os 2º, 3º, 4º e 5º termos aditivos ao Contrato nº 211/2020. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: 00005747.989.21-8 CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ (CNPJ 48.703.045/0001-59) RESPONSÁVEL: EDILSON DIAS DE ANDRADE – Presidente CONTRATADA: LINKING PUBLICIDADE E PROPAGANDA EIRELI (CNPJ 04.057.822/0001-60) ADVOGADA: CAROLINE MARCOLAN DA SILVA BARROS (OAB/SP 214.272) RESPONSÁVEL: IVAN LIMA SANTOS – Sócio Proprietário OBJETO: Contratação de 01 (uma) Agência de Publicidade para a prestação de serviços técnicos de publicidade visando à elaboração de projetos e campanhas da Câmara Municipal de Guarujá. EM EXAME: Termo Aditivo de Contrato nº 001/2020 – FINALIDADE: Renovação pelo período de mais 12 (doze) meses da contratação da prestação de serviços de publicidade. INSTRUÇÃO POR: UR-20 PROCESSO PRINCIPAL: 13948.989.19-9

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO REGULAR com recomendações o Termo Aditivo nº 01/2020 ao Contrato nº 01/2019. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00014296.989.19-7 CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ ADVOGADO: FERNANDO MONTEIRO DOS SANTOS (OAB/SP 145.372) RESPONSÁVEL: EDILSON DIAS DE ANDRADE – Presidente CONTRATADA: LINKING PUBLICIDADE E PROPAGANDA EIRELI RESPONSÁVEL: IVAN LIMA SANTOS – Sócio Proprietário OBJETO: Contratação de empresa para a prestação dos serviços de publicidade e propaganda para o Legislativo Municipal. VALOR INICIAL: R\$ 1.800.000,00 EM EXAME: Acompanhamento de Execução Contratual INSTRUÇÃO: UR-20

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, conheço da Execução do Contrato nº 001/2020, considerando-o REGULAR. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

SENTENÇA DA AUDITORA SÍLVIA MONTEIRO

SENTENÇA DA AUDITORA SÍLVIA MONTEIRO

PROCESSO: TC-001046/026/13 ORGÃO: CONSÓRCIO REGIONAL INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – SUPLENTE RESPONSÁVEL: VIRGINIA PEREIRA DA SILVA FERNANDES. 01/01 A 10/01/13: MANOEL FERREIRA DE SOUZA GASPAR, 11/01 A 15/01/13: VALENTIM TREVISAN, 16/01 A 15/01/13 ASSUNTO: BAL